CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM
Aprovado em única Discussão
Por unanimidade
Plenário 29 / 06 / 2022
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM
Prof. Josafá Gonçalves

Ata da Trigésima Oitava Sessão Ordinária do Primeiro Período da Segunda Sessão Legislativa da Décima Nona Legislatura, realizada no dia sete de junho do ano de dois mil e vinte e dois, no Plenário Benedito Magalhães da Câmara Municipal de Santarém. À hora regimental o vereador **ALYSSON PONTES (PSD),** presidente em exercício do Poder Legislativo, deu boas-vindas a todos, e iniciou à sessão com o GRANDE EXPEDIENTE. **TEMPO DAS LIDERANÇAS**: O vereador **JK DO POVÃO (PSDB)** iniciou seu discurso cumprimentando a todos, em seguida, dirigiu sua fala aos candidatos aprovados no concurso realizado este ano pela Prefeitura Municipal de Santarém, informando que o chefe de gabinete do prefeito, Alberto Portela, juntamente com procurador do município estiveram presentes nesta Casa para prestar esclarecimentos e tirar dúvidas dos aprovados no certame. Na ocasião, o chefe de gabinete e também presidente da Comissão de Organização do Concurso Público da Prefeitura Municipal de Santarém, Alberto Portela, afirmou que até o dia 15 de julho, o concurso deverá ser homologado. Em outro assunto, o parlamentar informou que o Ministério Público - MP aceitou suas denúncias em relação algumas ruas que recentemente foram asfaltadas, mas estariam apresentando problemas nesses asfaltos, colocando em dúvida a qualidade do trabalho realizado. Também informou ter sido procurado pelo engenheiro do município, que se colocou à disposição para juntamente com o parlamentar fiscalizarem de maneira intensiva essas obras que estam sendo feitas nas ruas da cidade, se as empresas estam realmente cumprindo o que está estabelecido em contrato. O vereador **CARLOS MARTINS (PT)** questionou o fechamento da Unidade Básica de Saúde –UBS do bairro Santíssimo. Segundo a Secretaria Municipal de Saúde – SEMSA, o fechamento dessa unidade, deu-se por conta de não haver recursos para pagamento do aluguel do prédio, no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), ainda segundo justificativa da SEMSA, as verbas destinadas a saúde são menores do que os recursos repassados à educação, dificultando o investimento nessa área. Porém, o parlamentar observou que, mesmo a área da saúde recebendo quase a metade dos valores dos recursos que são destinados a educação, ainda assim, o município investiu 42 milhões de reais a mais do que estabelece a Constituição no setor da saúde, o que foi uma atitude louvável. Porém, esse valor a mais, não foi investido na atenção básica da saúde, que é de responsabilidade do município, esse recurso teria sido destinado ao Hospital Municipal, investido na atenção de média e alta complexidade, que deveriam ser de responsabilidade do estado. Outra questão levantada pelo petista, refere-se a prestação de contas da O.S. Mais Saúde, que não mostra claramente se houve ou não um termo aditivo para contratação de pediatras no valor de R$ 81.000,00/por mês (oitenta e um mil reais por mês). Também, segundo o parlamentar, o município voltou a gerir o SAMU e mais 03 Unidades Básicas de Saúde – UBS de Alter do chão, Nova República, Santarenzinho, retirando a responsabilidade, estabelecida em contrato com O.S. Mais Saúde de administrar essas unidades, mesmo ampliando os valores dos recursos repassados para a O.S., que antes estava em torno R$ 5.100.000,00 (cinco milhões e cem mil reais) passando para quase R$ 5.600.000,00 (cinco milhões e seiscentos mil reais), ou seja, diminuindo as despesas da O.S. Mais Saúde e ainda ampliando o valor dos repasses, como mostra em documentos, demonstrando uma generosidade com a O.S. Mais Saúde por parte do município e uma mesquinhez com os moradores do bairro Santíssimo, que tiveram sua UBS fechada por falta de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), dessa forma, a Secretaria Municipal de Saúde mostra estar mais preocupada com a saúde das finanças da O.S. Mais Saúde em detrimento da saúde da população do bairro Santíssimo. Pela ordem, o vereador JK DO POVÃO (PSDB) falou sobre a dificuldade que está tendo em agendar uma reunião com a secretária de saúde Vânia Portela, e da necessidade que a mesma compareça a esta Casa para prestar esclarecimentos em relação aos valores repassados a O.S. Mais Saúde. Ressaltando que, talvez seja necessário um pedido de uma Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI na área da saúde, para que os parlamentares não sejam acusados pela população de omissão de socorro. Destacando que o problema na área da saúde está diretamente ligado a má gestão e falta de planejamento e que vieram sim, algumas emendas parlamentares para investir na compra de equipamentos e melhorar a saúde do município, mas infelizmente não é feito a prestação de

contas aos parlamentares, não é informado onde são gastos esses recursos. Pela ordem, o vereador enf. MURILO TOLENTINO (PSC) repercutiu a fala de seu colega parlamentar Jk do Povão, de que há uma necessidade urgente para que se instaure uma CPI na saúde, a fim de investigar se estam sendo utilizados os recursos da saúde de maneira correta, externando seu apoio a criação. Pela ordem, o vereador Prof. JOSAFÁ (PL) destacou a importância de se ter representantes locais nas assembleias legislativas estaduais e federais nas próximas eleições, a fim de trabalharem em prol de conseguirem mais investimentos para região. Observou ainda, que o Hospital Municipal de Santarém atende pacientes de vários municípios vizinhos, causando uma superlotação e gerando ônus financeiro ao setor da saúde do município de Santarém. Ainda, segundo o parlamentar, infelizmente a saúde não tem sido prioridade no Brasil. O vereador **GERLANDE CASTRO (PSB)** informou que esteve participando da inauguração da Unidade Básica de Saúde – UBS no bairro Prainha, um prédio muito bonito, com uma boa infraestrutura para atender aqueles moradores. Em seguida, afirmou não ter dúvidas de que o prefeito Nélio Aguiar tem se empenhado para melhorar a saúde no município e que só não faz mais, por que os recursos são limitados. Explicou que os investimentos na saúde não trazem um retorno coletivo, mas sim individual, usando como exemplo os repasses que são feitos via Tratamento Fora do Domicilio – TFD, um exemplo são as cirurgias realizadas em Santarém em pacientes de outros municípios, onde o valor da cirurgia é muito maior que o repasse do TFD desse paciente, causando uma enorme discrepância entre o valor pago e o que é gasto. Pela ordem, o vereador CARLOS MARTINS (PT) comentou sobre a importância das inaugurações da três unidades básicas de saúde para população dos bairros que serão atendidos por elas, mas externou seu posicionamento contrário ao fechamento da UBS do bairro Santíssimo, discorrendo sobre a necessidade de ampliar cada vez mais atenção básica da saúde, fundamentais para se conseguir melhorar os indicadores de mortalidade materna, infantil, dentre outros. Em seguida, disse não compreender a preocupação do município com o Instituto Mais Saúde, uma empresa que não cumpre seu papel, deve fornecedores, possui dívidas trabalhistas e tributárias, uma empresa que não cumpre as recomendações da Comissão de Fiscalização, que não responde as suas responsabilidades, mas que ao mesmo tempo conta com a proteção do município, que só aumentou o valor dos repasses. O vereador **enf. MURILO TOLENTINO (PSC)** fez uso da tribuna para pedir desculpas ao governo do estado por ter-lhe atribuído de modo equivocado a responsabilidade pelo atraso na inauguração do Hospital Materno-Infantil, quando na verdade o responsável pelo atraso seria a gestão municipal, que não prestou contas junto ao banco em tempo hábil, o que impediu a liberação dos recursos, impossibilitando a conclusão da obra. Na sequência, o parlamentar evidenciou a insatisfação dos moradores do bairro do Santíssimo com o fechamento da Unidade Básica de Saúde do referido bairro, também expôs a insatisfação por parte da população com a mudança de endereço da UBS que ficava na avenida 02 de junho e atendia os moradores dos bairros Aparecida e Caranazal, ficando mais distante da população que necessita ser atendida por essa UBS. Porém, o vereador destacou que graças a boa atuação da equipe de enfermagem dessa unidade, que vem realizando ações para levar as medicações de hiperdia a quem precisa, especialmente aos idosos, que teriam muita dificuldade de ir até a unidade. Aproveitando sua fala na tribuna, o vereador fez um apelo a Secretaria Municipal de Saúde – SEMSA, que compre uma impressora adequada para imprimir os raios-x, um pedido feito pelos médicos ortopedistas do Hospital Municipal de Santarém - HMS que precisam desse equipamento para fazer a leitura correta do exame para fechamento de diagnósticos. A vereadora **enf. ALBA LEAL (MDB)** falou que área da saúde municipal vem perdendo muitos programas que beneficiavam esse setor, causando prejuízos, citou como exemplo o PREMAC, que destinava 50% dos recursos para compra de equipamentos e outros 50% ao pagamento de subsídio a profissionais que atingissem a meta de atendimento na atenção básica. Embora tenha o programa Previne Brasil, em que o recurso é dado mediante a produção, no entanto, devido a geografia da região, nossa realidade é diferente. Também abordou o valor que é repassado para assistência farmacêutica em que o estado transfere R$ 59.902,50 por mês, um valor insuficiente para atender 78 unidades de saúde e mais 03 unidades de saúde fluvial de Santarém, os recursos repassados

pelo governo federal para as necessidades farmacêuticas também são poucos e insuficientes para atender a demanda. Em relação a questão dos valores repassados pelos municípios via Tratamento Fora do Domicilio –TFD para o município de Santarém, também são valores irrisórios, que não suprem as despesas desses pacientes vindo de outros municípios para serem atendidos no Hospital Municipal. Para a parlamentar é necessário uma repactuação entre os municípios, porque os valores do TFD estam muito defasados, há casos de encaminhamento de pacientes para Santarém para realizarem cirurgias gerais, por que os municípios não querem contratar cirurgiões gerais e menos ainda especialistas, há municípios que compraram micro-ônibus para enviarem pacientes para o Hospital Municipal, por que sai mais barato enviar seus munícipes para Santarém. A parlamentar afirmou ser contrária a terceirizar a gestão da saúde do município, que deve ser gerida pelo poder público municipal, no entanto ressaltou que é preciso discutir junto ao governo estadual e federal os repasses que são feitos para esse setor. Em outro assunto, falou sobre sua participação no Seminário de Modelo de Saúde Ribeirinha, que teve a participação do Dr. Fábio Tosi, com experiência na área. No encontro foi debatido as jornadas cirúrgicas nas regiões ribeirinhas. A parlamentar informou que o município de Santarém conta com 03 unidades de saúde fluviais: o Abaré I, Abaré II e o Ailton Barros, são 03 equipes de saúde da família, que juntas visam melhorar o acesso das populações ribeirinhas a saúde. Encerrado o Grande Expediente, dispensando-se o uso do Tempo das Bancadas, passamos para a **Primeira Parte da Ordem do Dia**, com a leitura da ata do dia 04 de maio de 2022, que após lida, colocada em discussão foi aprovada por unanimidade. Em continuidade houve a leitura dos expedientes recebidos e encaminhamentos dos trabalhos dos vereadores e comissões. Memo. n° 023/2022 – gab. vereador Jander Ilson (União Brasil); Memo. n° 078/2022 – gab. vereador Ângelo Tapajós (Republicanos); Memo. n° 011/2022 – gab. vereador Ronan Liberal Jr. (MDB); Memo. n° 019/2022 – gab. vereador Erasmo Maia (União Brasil); Memo. n° 029/2022 – gab. vereador Carlos Silva (PSC); Memo. n° 051/2022 – gab. vereador Aguinaldo Promissória (PSL); Memo. n° 47/2022 – gab. vereador Elielton Lira (Avante); Memo. n° 151/2022 – gab. vereador Erlon Rocha (MDB). 29 processos de alienação que serão encaminhados para 2ª Comissão Permanente: Marcos Costa Milhomem; Madamés Gonçalves da Silva; Adilson Gardel Linhares dos Santos; Gean Rocha Araújo; Francisco Tiago Mascarenhas de Sousa; Amanda Galúcio de Sousa; Elton John Correia Borges; Mateus da Silva Lira; João e Joeli Nascimento Nogueira; Isabela Pereira Gomes; Renan Nunes Barros; Antônia Erislene de Araújo Silva; Aziel Xavier de Oliveira Filho; Maria Anunciada da Cruz Castro; Edinho Rocha dos Santos; Maria Virgem de Paiva Ferraz; Ana Lilian Lopes Pinto; Adenilson Lima Andrade; Edivaldo dos Santos Silva; Cirilo Xavier F. S. Rocha; Francisca Silva de Sousa; Nerivaldo Valente Coelho; Edilane de Lima Andrade; Jucilene Silva de Oliveira; Sandra Menezes e Rodrigues; Maria Helena de Lira de Sousa; Romário Gomes de Andrade Portela; Nilva Silva dos Santos; Maria José Costa Pereira. Em seguida, passou-se para a **Segunda Parte da Ordem do Dia**, com discussão e votação das matérias em pauta. **TRABALHOS APROVADOS E ACATADOS:** Projeto de Lei n° 1711/2021 – Declara como Patrimônio Cultural, Histórico e Imaterial do município de Santarém a procissão fluvial de São Pedro. Autoria do vereador Carlos Martins (PT). Aprovado em 1° discussão. 01 processo de alienação de terra pertencente ao patrimônio do município. Manuel Anselmo da Silva Campos – proc. N° 022/2022. Moção de Aplausos n° 211/2022, Requerimento n° 1473/2022 de autoria do vereador Júnior Tapajós (PL); Moção de Aplausos n° 212/2022, Requerimento n° 1450, 1491, 1498, 1499/2022 de autoria do vereador enf. Murilo Tolentino (PSC); Moção de Aplausos n° 213/2022, Indicação n° 177/2022 de autoria do vereador Biga Kalahare (PT); Requerimento n° 1408, 1409, 1410, 1411, 1445, 1446, 1447, 1448, 1449/2022 de autoria do vereador Alysson Pontes (PSD); Requerimento n° 1451/2022 de autoria do vereador Andreo Rasera (MDB); Requerimento n° 1457, 1458, 1459/2022 de autoria do vereador Silvio Neto (União Brasil); Requerimento n° 1474/2022 de autoria do vereador Carlos Martins (PT); Requerimento n° 1494, 1495/2022 de autoria do prof. Josafá (PL); Requerimento n° 1496, 1497/2022 de autoria do vereador Gerlande Castro (PSB). Concluído a pauta, o presidente em exercício **RONAN LIBERAL JR. (MDB)** encerrou os trabalhos, convidando a todos para

próxima sessão. Vereadores presentes: **Alysson Pontes (PSD); Andreo Rasera (MDB); Biga Kalahare (PT); Didi Feleol (PP); Dr. Carlos Martins (PT); Enf. Alba Leal (MDB); Enf. Murilo Tolentino (PSC); Gerlande Castro (PSB); JK do Povão (PSDB); Júnior Tapajós (PL); Prof. Josafá Gonçalves (PL); Sílvio Neto (União Brasil).** Vereadores ausentes com justificativa: **Aguinaldo Promissória (União Brasil); Carlos Silva (PSC); Elielton Lira (Avante); Erlon Rocha (MDB); Erasmo Maia (União Brasil); Jander Ilson Pereira (União Brasil); Pr. Ângelo Tapajós (Republicanos); Ronan Liberal Jr. (MDB).** Vereador licenciado. **Alexandre Maduro (MDB).** E, para constar, mandou lavrar a ata, que depois de lida, discutida e aprovada será assinada por quem de direito.